

Banco Mundial "vigiará" Brasil

Washington — O Banco Mundial poderia complementar uma "vigilância" do Fundo Monetário Internacional sobre a política econômica do Brasil. Mas tal função depende das propostas que a respeito farão os brasileiros aos governos e instituições multilaterais.

Círculos financeiros do Brasil e fontes não oficiais desse País afirmam que Brasília permitiria uma "participação" do FMI para solucionar seu problema de dívida e uma "vigilância" do Banco Mundial sobre sua política econômica.

Semana passada, o presidente José Sarney sacudiu os mercados mundiais ao suspender os pagamentos dos juros da dívida externa aos bancos privados.

Embora Sarney tenha reiterado que para solucionar a crise não lhe in-

teressa chegar a um acordo de crédito ou de vigilância de sua economia com o FMI, este já exerce tal função como consequência das pressões do Clube de Paris para permitir a reprogramação da dívida do Brasil com os governos das nações industriais de 8 bilhões 717 milhões de dólares.

O acordo com o Clube de Paris é conhecido como de "enhanced contacts" (contatos intensificados) e compreende duas missões anuais do FMI, em lugar da missão anual de rotina, para verificar o comportamento da economia brasileira.

A próxima missão sairá para Brasília provavelmente em abril/maio e deve apresentar um relatório em junho, quando o FMI tem de informar ao Clube de Paris.

No Banco Mundial exis-

te um importante antecedente de "vigilância" conjunta com o FMI sobre a economia da Colômbia para que esse país pudesse obter um bilhão de dólares dos bancos privados internacionais.

Como Washington e os bancos privados esperam que o Brasil chegue a um acordo com o FMI como parte da solução de seu problema de endividamento, uma variante da fórmula colombiana que desse ao Banco Mundial um papel mais preponderante que o Fundo evitaria situações embaraçosas para o Brasil, que se nega a tratar com o FMI como protagonista principal.

Tal variante seria possível para o Brasil se este país a sugerisse, dissessem fontes financeiras à United Press Internacional.